

CONSTITUINTE

A comissão mista do Congresso que examina a proposta do governo que convoca Assembleia Nacional Constituinte poderá propor a eleição de delegados dos Estados, sem vinculação partidária, para participarem, ao lado de deputados e senadores, da elaboração da nova Constituição Federal.

Foi o que informou ontem o deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), relator da proposta, logo após a instalação da comissão mista de 22 deputados e senadores. Bierrenbach ressaltou que, embora a mensagem do presidente considere futuros constituintes apenas os deputados e senadores a serem eleitos em novembro de 86, "a comissão pode propor a ampliação da Constituinte, pela inclusão de delegados dos Estados, cabendo ao plenário do Congresso aceitar ou rejeitar a tese".

O deputado João Gilberto (PMDB-RS) vai apresentar emenda nesse sentido ao projeto do governo, e o governador Franco Montoro já se manifestou a favor de sua aprovação. Em telefonema ao líder do PMDB na Câmara, Pimentá da Veiga, o governador apoiou a proposta e chegou a sugerir que fossem eleitos, além dos 69 senadores e dos 487 deputados, em torno de cem delegados à Constituinte. Pela proposta de Montoro, cada Estado elegeria no mínimo três delegados e o número destes por Estado seria proporcional ao eleitorado.

"A idéia é boa e deve ser amplamente discutida" — comentou Pimentá da Veiga com os jornalistas, depois de dizer ao governador paulista que, "em princípio, a apoiaria". Segundo se comentava no Congresso, Franco Montoro estaria pensando em se candidatar a delegado estadual à Constituinte, sem vinculação com os partidos.

O relator da comissão mista, Flávio Bierrenbach, explicou que, pelo que ouviu do deputado João Gilberto, sua proposta prevê que os delegados à Constituinte não teriam propriamente um mandato, mas apenas a incumbência temporária e específica de participar da elaboração da nova Constituição.

Discussão com a sociedade

Logo após ser indicado relator da proposta oficial — o presidente da Comissão será o biônico Helvídio Nunes (PDS-PI) — o deputado Flávio Bierrenbach anunciou que pretende promover um painel para discutir com juristas, advogados, Igreja, estudantes, trabalhadores e outros setores da sociedade vários aspectos ligados à Constituinte. Ele ressaltou a importância do trabalho da comissão mista para o funcionamento da futura Constituinte.

Bierrenbach disse que, como deputado, teria várias emendas a oferecer à mensagem do governo. Como relator, contudo, ele vai estudar as emendas a serem apresentadas por parlamentares e, se for o caso, apresentará um substitutivo

9 AGO 1985

Uma proposta nova: escolher delegados sem laços partidários.

à proposta original. O prazo para apresentação de emendas termina na sexta-feira, dia 16. Depois disso, o relator terá 30 dias, prorrogáveis por mais 30, para apresentar seu parecer, o que só deverá ocorrer em outubro.

O relator enumerou os pontos do projeto que, a ser ver, precisam ser aperfeiçoados. Um deles é o que prevê a participação do presidente do Supremo Tribunal Federal na escolha do presidente da Constituinte: "Se houvesse abuso de poder na instalação dele participando o presidente do STF, o Congresso não teria a quem recorrer", explicou. Outro é o artigo que marca para 31 de janeiro a instalação da Constituinte, coincidindo com o último dia do mandato do atual Congresso.

Senadores

Flávio Bierrenbach já tem opinião formada também sobre os senadores eleitos em 82, cujo mandato vai até 1990 e que pleiteiam participação na Constituinte: "Seria um contra-senso eles participarem. Eles não têm poderes constituintes, como terão os senadores a serem eleitos ano que vem. Minha posição pessoal" — explicou — "é de que a comissão deve estudar alternativas, como consulta popular, referendo, plebiscito, etc. a fim de legitimar sua participação ou excluí-los da Assembleia".

Para o relator da comissão mista há uma grande distância entre o que pensam o governo e a sociedade. A função da comissão, a seu ver, é justamente tentar diminuir a distância entre esses dois pontos de vista.

Lyra contra Brizola

Em Belo Horizonte, o ministro da Justiça, Fernando Lyra, acusou o governador do Rio, Leonel Brizola de "procurar desmoralizar" o projeto do governo convocando a Constituinte, "apenas porque possui um projeto pessoal e sem respaldo da Nação". Lyra comentava a intenção do PDT de emendar o projeto de forma a marcar a eleição direta de presidente da República já em 1986, juntamente com a eleição dos futuros constituintes.

"Se ele quisesse diretas para presidente já se teria satisfeito, porque elas estão na Constituinte." Além disso, segundo Lyra, "movido pelo projeto personalista de se candidatar presidente, Brizola vem taxando a futura Constituinte de conservadora. Ora, dizer isso é fazer futurologia".

Já o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, defendeu, em Salvador, que deve caber à Constituinte definir a interferência do Congresso na questão da dívida externa e nas negociações com o FMI. Para ele as atuais negociações não podem "ser embaraçadas com longas discussões no Congresso", que só deveria intervir, segundo ele, se o Executivo promover mudanças fundamentais no sistema de negociações.

ANC

X

ANC 88

Pasta 08/85

033/1985